

CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA REABILITAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E URBANO

*Carlos Alho **

*M. L. Ribeiro da Silva ***

0.1. Objectivos

Esta exposição vem no prosseguimento de outra («Vida nova nos velhos centros») e visa dar mais um passo no sentido da formação de técnicos, organismos públicos e entidades privadas a quem caiba superintender ou patrocinar a salvaguarda do património construído no País e contribuir para a sensibilização da população em geral para as futuras acções de intervenção no meio em que vivem.

Para a prossecução desse objectivo, a exposição fará uma abordagem introdutória das grandes linhas temáticas nos domínios do «Património Arquitectónico e Urbano».

De seguida desenvolvem-se os diferentes temas, para proporcionar uma visão global da problemática no seu conjunto e uma visão particular das incidências e das características específicas das actividades afins no nosso país.

Sem pretender ensaiar soluções, nem esgotar de vez a complexidade do problema, a exposição aponta possíveis caminhos de saída e as grandes linhas de orientação para possíveis intervenções.

0.2. Abordagem genérica

Introdução

As noções de conservação e desenvolvimento nas áreas urbanas históricas sugerem uma avaliação global do problema da recuperação do centro histórico, como uma microestrutura dentro da macroestrutura económica de um dado modelo de desenvolvimento e das consequências que o mesmo determina ao nível do

* Arquitecto.

** Licenciada em História.

ordenamento do território, como ponto de partida para a explicação da degradação dos centros históricos.

Num sistema definido por uma concepção de urbanização traduzida por um desajustamento físico e social entre o novo património edificado e o património histórico pré-existente, o problema de revitalização dos núcleos históricos terá então de ser equacionado com um âmbito mais vasto da discussão, nas esferas do económico, social e ordenamento do território, em que um dos aspectos fulcrais e pertinentes para o património será o das questões ligadas à propriedade do solo.

No âmbito desta formulação dos problemas, a situação de degradação das áreas históricas, ao relacionar-se intimamente com os modelos de desenvolvimento e crescimento apontados, resulta em duas situações clássicas: ou são votadas ao abandono, urbanística e socialmente desconsideradas; ou, por outro lado, são objecto de interesses especulativos, ainda que para tal se tenham que agitar *slogans* clássicos como os da reabilitação ou recuperação.

A urbanização da Europa teve lugar, como é sabido, sobretudo a partir da Antiguidade e da Idade Média.

Na época contemporânea, a rede cerrada das cidades da Idade Média foi completada por novas criações urbanas.

Como consequência, quase todas as cidades europeias têm um «acto de nascimento», de velha data, mostrando igualmente traços da sua história secular.

A história movimentada da Europa, os desastres elementares, a própria vitalidade das comunas municipais foram as causas das destruições muitas vezes repetidas e de uma reconstrução quase permanente.

Mas, apesar disso, uma grande parte das cidades tem conservado, se bem que fragmentariamente, a sua planta e os seus conjuntos de arquitectura histórica.

O problema dos locais urbanos históricos é comum à maior parte das cidades.

Hoje em dia, os locais urbanos históricos estão a ser constantemente ameaçados.

Uma grande parte das cidades de outrora perdeu as suas funções urbanas e atravessa um período de estagnação económica ou de decadência, cujo resultado se traduz no despovoamento de lugares antigamente activos, no abandono dos edifícios e na falta de cuidados de conservação que, como consequência, conduz à ruína.

Entre as funções urbanas mais activas que os centros das cidades exerciam antes do advento da industrialização destacavam-se as da vitalidade de um centro comercial, administração e simbólico. No apogeu pós-industrial, as marcas da passagem de uma sociedade de consumo cada vez mais agressiva pelos velhos centros deixaram uma herança patente de estagnação imobiliária e um consumo desajustado, assimétrico, reduzido a meia dúzia de armazéns e comércio a retalho, desactualizados. Novas funções comerciais (os centros comerciais) e o florescimento de novas indústrias nas cinturas industriais das grandes cidades, trouxeram por sua vez grandes assimetrias no ordenamento do território, tendo resultado no esvaziamento

dos bairros antigos habitacionais, devido ao recente fenómeno de uma maior mobilidade populacional. O reflexo imediato deste sistema de desenvolvimento na organização espacial das áreas históricas traduz-se por fenómenos como os da desertificação, decadência física dos imóveis, ou, noutros casos, em relação estreita com o mesmo fenómeno, numa mudança radical na ocupação do solo. Resta uma função terciária do grande centro como área especializada, abrangendo a gestão pública, política e administrativa, subscrita por uma função residencial igualmente elitista.

Todavia, como opina M. Castells, se o centro se transforma em «área de decisão», ao perpetuar-se como símbolo de prestígio e de poder, deixa contudo de palpitar de vida, perdendo-se irremediavelmente o perfil da cidade.

No âmbito do modelo de desenvolvimento que temos vindo a falar, as pressões mais sentidas de uma sociedade de consumo actuando nefastamente sobre o tecido urbano são, nomeadamente, as dos vectores — turismo, tráfego/estacionamentos abusivos, residências secundárias implantadas mais ou menos estereotipadamente, comércio incaracterístico e standardizado (*burger kings*, *croissanteries*, Clubes de vídeo, etc.), que com o impacte dos seus néons e caixilharias de alumínio vão descaracterizando o perfil dos conjuntos históricos. Em termos sociais estes equipamentos não se adaptam às necessidades e tradições locais, acabando por falir, depois de terem aberto feridas profundas no coração dos velhos centros.

Todas estas motivações deste modelo de desenvolvimento são negativas para um programa sério de recuperação, ao relegarem para um plano secundário a prioridade do mesmo, preferindo investir na expansão de novas áreas.

«As experiências» de conservação «ensinam que uma das ameaças mais graves para os edifícios históricos consiste na sua desocupação, o que se assemelha de uma maneira catastrófica à sua morte técnica».

Com efeito, o património não deve ser entendido como «um fundo de reserva» congelada. Especialmente o património monumental só é socialmente válido, na medida em que for explorado utilmente, traduzindo-se assim o seu uso em benefícios e vantagens superiores à eventual carga orçamental suportada por uma política de conservação integral. A legislação deverá prever uma contribuição por parte do Estado na intervenção e ajuda à conservação, especialmente ao nível dos proprietários individuais, com vista a estimular uma maior rentabilização no uso do património.

Neste último âmbito, pode-se cair no extremo oposto, em que por força de se pretender reabilitar o monumento vivo, se poderá asfixiá-lo com excessos de visitas e utilizações não ponderadas. Desta forma, a ocupação do património deve evitar apelos ao lucro fácil, que ao jogar com o prestígio do monumento, poderá desvirtuar o seu perfil histórico.

A constatação de tais consequências foi uma das razões do abandono do conceito de «museus urbanos», que não seriam senão objectos mortos, artificiais, um

testamento estagnado de uma cultura urbana. Aliás, o papel do conservador seria aí relativamente fácil, já que limitado a esforços puramente técnicos.

O processo actual de que muitos teóricos se têm servido para a preservação dos conjuntos históricos urbanos é extremamente diferente; a nossa época deveria constituir uma etapa sucessiva de vida destes conjuntos, garantindo-lhes um papel mais de acordo com as funções que desempenham.

A escolha da função adequada a um bairro histórico, assim como a garantia que lhe possa ser dada no domínio dos estimulantes de desenvolvimento, constitui por isso um dos momentos mais importantes da sua preservação; os estudos que dizem respeito ao seu desenvolvimento histórico têm por missão facilitá-la.

O crescimento espontâneo das cidades históricas constitui um fenómeno tão perigoso como a decadência económica.

O grande ímpeto dos investimentos, como as grandes possibilidades técnicas do nosso tempo, agindo de uma forma espontânea, conduzem a processos irreversíveis e graves de transformação de cidades. Daí resulta um abalo das proporções espaciais elementares.

As cidades «integram-se» no terreno, a forma «degrada-se» em consequência dos factores dominantes, de uma maneira fortuita e fora de escala. A sua silhueta muda, do que resulta a perda dos valores da paisagem. As novas construções provocam igualmente uma deformação da estrutura interior das velhas cidades.

Uma liberdade de acção individual que não seja limitada por restrições de conservação leva à devastação dos conjuntos históricos mais preciosos, cujos exemplos gritantes são universalmente conhecidos.

Perdas semelhantes são provocadas por uma localização inconveniente de investimentos públicos, inspirada por ganhos de natureza puramente económica.

É evidente que novos investimentos devem ser realizados nas cidades históricas como nas outras. As tendências da preservação não podem, aliás, resistir às leis da vida. Não é, de resto, possível opormo-nos a todas as intervenções da arquitectura moderna num meio histórico.

Não se trata simplesmente de conservar as velhas pedras, em que o alto testemunho histórico que as mesmas evocam chegou mesmo a ditar a sacralização do seu espaço. Todavia, não é possível desagrar o património do passado do impacte que a nova arquitectura sobre o mesmo exerce.

O espírito da Carta de Veneza (1964), ao descartar o conceito de «monumento histórico» para um conceito alargado de «sítio histórico monumental», bem como as temáticas dos congressos e simpósios posteriores (ICOMOS, Budapeste, 1974; União Internacional dos Arquitectos, ICOMOS e Europa Nostra, Polónia, 1974), mais não têm feito que evidenciar a íntima relação entre o passado e o presente, considerando-se mesmo vantajoso, estética e socialmente, a introdução de novos elementos arquitectónicos nos conjuntos históricos.

É, aliás, necessário completar as construções existentes, preencher as lacunas e mudar os elementos desvalorizados.

Não se pode preservar tudo e a todo o preço de uma maneira doutrinária, porque — no fim de contas — nada será preservado.

É, pois, INDISPENSÁVEL proceder a uma inventariação minuciosa dos locais urbanos históricos, assim como a uma análise aprofundada e comparativa dos seus valores.

Se a Carta Europeia do Conselho da Europa enuncia os princípios gerais de uma conservação integrada, tendo em conta, para além de uma diversificação tipológica, um largo leque de valores culturais, artísticos, turísticos e económicos, igualmente ao considerá-los como elementos vivos de um quadro de vida quotidiano, o conceito de inventariação deverá alargar o âmbito, até se chegar a uma classificação dos seus valores, baseada nas categorias de raridade, interesse cultural ou artístico, iconográfico, de forma a poder servir como referência sistematizada na compreensão e usufruto do património.

A necessidade de proceder a estudos à escala nacional, tendo por objectivo assegurar meios equitativos de preservação dos monumentos históricos mais preciosos, é mencionada na resolução da UNESCO de 10-12-1962: «Os estudos e as medidas a tomar com vista à salvaguarda das paisagens e dos locais deveriam prolongar-se ao conjunto do território do Estado e não se deveriam limitar a certas paisagens ou a certos locais determinados.» Do mesmo modo, os estudos históricos ligados ao urbanismo deveriam servir para estabelecer uma classificação nacional de valor monumental dos lugares históricos.

À escala limitada das cidades é indispensável distinguir as zonas de protecção integral de conservação assim como as zonas de protecção parcial de elementos definidos.

A resolução da UNESCO de 10-9-1965 chama a atenção para a necessidade de fixar tais zonas: «Nas cidades, os bairros históricos ameaçados pela construção de edifícios modernos devem ser protegidos pela adopção de leis que definam as diversas zonas urbanas. A maioria dos Estados procederá à elaboração de projectos de arranjo dos centros urbanos, acompanhados pela regulamentação da construção e dos serviços justificada pelo carácter das zonas a proteger.»

Ora as zonas de protecção só podem ser bem definidas através do exame escrupuloso da história do desenvolvimento espacial da cidade e do valor das suas relíquias.

O aumento progressivo do interesse pelos lugares históricos tem conduzido à ampliação da noção de «monumento histórico». Ela engloba na hora actual não somente os conjuntos da arquitectura monumental mais preciosos como igualmente tudo o que os rodeia, a «arquitectura menor», anónima, mesmo quando os elementos particulares do conjunto são privados de um valor histórico importante e quando se limitam a criar uma atmosfera característica de uma cidade ou de uma região.

Pode-se considerar como monumento histórico uma rua rodeada de casas de artífices, um antigo bairro industrial com as suas construções e os seus terrenos livres, um perfil da cidade vista de vários lugares diferentes e definidos, uma paisagem natural ligada de forma integral à cidade.

A ideia de preservação dos conjuntos de monumentos prossegue o seu caminho com dificuldade em meios sociais diversos e mesmo entre os arquitectos, se bem que desde 1961 se tenha promulgado pela FIHUAT o seguinte:

«A forma de abordar os problemas dos lugares históricos urbanos, o interesse e a faculdade de aceitar os sacrifícios impostos pela sua defesa são uma das provas de MATURIDADE CULTURAL DAS SOCIEDADES.»

O património, a conservação e o desenvolvimento

A conservação e o desenvolvimento estão ligados a problemas de património muito vastos e complexos, mas que se reencontram relativamente num certo número de pontos. Temos problemas de inventários e descobertas.

Nesta exposição preocupamo-nos essencialmente em encarar o PATRIMÓNIO CULTURAL, o que é (?) e para que serve (?) face ao DESENVOLVIMENTO.

É bastante fácil dizer que o PATRIMÓNIO CULTURAL se compõe de três grandes categorias de elementos.

Um dos três grandes elementos é de origem NATURAL, isto é, o meio ambiente do homem, o quadro natural e o homem, o quadro feito pelo homem e o quadro de vida do homem.

Há todos os estágios entre a natureza virgem e selvagem e a natureza urbanizada. Mas de um modo geral o homem colocou a sua mão sobre o mundo, formou-o e modelou-o. Em si, esse meio é um elemento de PATRIMÓNIO, herdado de gerações de gente do campo e gente das cidades, que construíram um meio ambiente para si, bom ou mau.

O segundo elemento de património, oposto à natureza, é aquele que vem da ciência e do conhecimento.

Trata-se de um património que não é tangível, que não é de três dimensões, mas que é um património científico, de conhecimentos, de tecnologia que abrange todas as disciplinas universitárias desde a Matemática à História.

Finalmente aparece aquele de que temos o hábito entre nós de chamar de «PATRIMÓNIO», isto é, o que o homem fabricou, geralmente com a natureza e seus conhecimentos. PATRIMÓNIO, usualmente chamado de «bem cultural», que nós, por comodidade, temos o hábito de dividir em bens mobiliários, bens imobiliários, em objectos de museus ou colecções e monumentos. (A diferença que se estabelece entre objecto e monumento é somente pelo primeiro poder ser transportado, removido de lugar, e o monumento não, por características físicas, fisiológicas, que não são absolutamente culturais.)

O conjunto desses três elementos *naturais, científicos, e digamos, culturais* que compõem o ecossistema do homem — este pequeno mundo que o homem fabricou para si — e que chamamos PATRIMÓNIO, vai-nos levar a recusar justamente estas distinções, estas classificações cómodas, úteis, entre objectos e monumentos, entre monumentos e objectos, entre pintura e escultura, entre arte popular e arte erudita, entre uma máquina que incluímos na história das técnicas e um arado que chamamos de «Folclore».

Pode-se concluir entretanto que o património CULTURAL é um dos aspectos do PATRIMÓNIO GLOBAL da Humanidade e compõe-se essencialmente de três elementos: o meio ambiente do homem, o conjunto de conhecimentos acumulados pelo homem e o conjunto dos bens culturais, isto é, o que o homem fabricou para responder às necessidades da sua vida e do seu desenvolvimento. No entanto estes elementos não se podem isolar separadamente em relação a outros, mas só poderiam ser considerados como fazendo parte de um conjunto cujo valor e realidade dependem da referência que é o homem. O homem que é o crítico final do conjunto cultural.

«Medidas desejáveis a ter em conta na intervenção»

1 — Atitude perante o património arquitectónico

O património cultural desperta hoje sentimentos muito diferentes dos de outrora. A indiferença, e mesmo hostilidade, para com os edifícios construídos no passado e que já não correspondem às exigências e aos gostos arquitectónicos do momento, deram lugar ao interesse e à consciencialização dos valores cognitivos e emocionais. A necessidade de assegurar a conservação do precioso património cultural encontrou uma larga compreensão. O crescente interesse pela salvaguarda da herança ameaçada não significa uma tendência para negligenciar em seu favor as necessidades da hora presente. Pelo contrário, ele é consequência das transformações verificadas na mentalidade e nas tendências e nas aspirações do homem contemporâneo. A conservação de edifícios e complexos inscreve-se hoje numa campanha de maior envergadura, que tem como objectivo a protecção e melhoria do meio ambiente humano.

2 — A conservação integrada

A renovação e expansão das cidades devem fazer-se de modo a conservar e integrar nas realizações novas os edifícios e os complexos históricos que mereçam ser preservados. *Não há que opor a preservação do património cultural à renovação urbana. Antes pelo contrário, a conservação dos complexos históricos, incluindo a sua valorização e a sua integração em novos complexos, constitui um componente da renovação urbana.* Nas zonas que contêm edifícios ou núcleos

históricos de valor ela deverá, evidentemente, ser conduzida em moldes diferentes dos que se aplicam aos locais sem herança arquitectónica válida, nos quais ela pode levar a uma profunda reestruturação urbana.

3 — Análise e classificação de lugares históricos

A análise exaustiva do tecido histórico tem uma importância fundamental para a preservação e restauração dos núcleos antigos. As conclusões tiradas dos estudos deverão conduzir ao zoneamento da cidade, levando em conta o valor atribuído ao património situado no perímetro de cada zona, que constitui a base da diferenciação de atitudes para com as construções existentes e novas. A análise pode ainda levar a reconhecer a inviolabilidade de certos grupos de edifícios, ruas, praças, zonas verdes, etc., tal como se admite a intangibilidade dos monumentos arquitectónicos particularmente preciosos. Uma verdadeira blindagem contra eventuais tendências para a sua transformação deve em primeiro lugar proteger os conjuntos históricos, ou seus elementos, que constituam o testemunho dum florescimento e duma irradiação culturais seculares, que tenham um significado histórico particular, que incluam obras-primas de arquitectura e urbanismo, que apresentem valor paisagístico excepcional, etc. A exigência para a preservação de tais complexos deverá prevalecer sobre as outras eventuais necessidades ligadas à expansão ou à renovação urbanas. Pelo contrário, o grau de conservação de núcleos sem grande valor histórico, arquitectónico ou paisagístico, mas merecendo contudo protecção, só pode ser definitivamente esclarecido depois de estudos complementares sobre a possibilidade de os adaptar às exigências actuais, e também só depois de confronto com as outras necessidades ditadas pela expansão e renovação da cidade.

4 — O papel dos planos de urbanização

A conservação integrada dos núcleos históricos é impossível sem coordenação — no âmbito dos planos de urbanização — de acção de diversos factores que exercem influência sobre os destinos do património cultural. Os planos devem basear-se no estudo exaustivo dos problemas que a ele se ligam. Devem precisar em que medida o património deve ser preservado, e criar as condições mais propícias à sua salvaguarda. Devem determinar as funções desejáveis para os núcleos históricos no quadro da região ou da cidade, definir os terrenos para as construções não susceptíveis de se integrarem no tecido histórico e especificar o uso mais apropriado para cada edifício. Devem indicar a extensão da valorização indispensável dos núcleos antigos e resolver os problemas postos pela circulação, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade do lugar histórico. Devem finalmente protegê-lo do desfeamento que traria a implantação de edifícios no sector protegido ou na sua vizinhança, e assegurar a preservação dos valores da paisagem natural que enquadra o património arquitectónico.

5 — *Planos a vários níveis*

O cuidado de preservar e valorizar os núcleos históricos e de os integrar no meio ambiente deve encontrar reflexo em todo o processo de planificação urbanística e revelar-se nos planos definidos a diversos níveis. Os planos que se limitarem apenas aos próprios núcleos históricos não poderão dar resultados satisfatórios se não forem apoiados por planos referentes a territórios bastante mais extensos. Em todas as etapas de elaboração, desde o estudo do plano nacional até à definição dos planos de urbanização detalhados e dos projectos de arquitectura, deve estar assegurada a participação de representantes dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do património cultural e de profissionais preparados para a solução dos múltiplos problemas que se apresentam.

Pouco importará definir uma concepção avançada de plano, até aos limites perfeccionistas de «Plano Territorial da Paisagem» (Itália), ou «sector salvaguardado» (França), se na prática quotidiana o património não for objecto de uma preservação constante, tanto dos seus bens físicos edificados como dos ambientes sociais e económicos, que lhes conferem o seu genuíno perfil ambiental.

Regulamentar, sistematizar, em prol de desígnios exclusivamente de desenvolvimento quantitativo, é abstraccionar o significado e temática dos aglomerados urbanos, desvirtuando bairros de antigas tradições populares, sendo aqui desenvolvimento igual a crescimento impessoal sem mais referências. Surgem então relações impessoais entre tipo de construção e forma urbana.

Só se conseguirá um plano de facto, se o mesmo expressar a proposta crítica das populações e autoridades locais.

A metodologia dos planos de reabilitação é variada, chegando-se mesmo, no caso italiano, a considerar um plano intermediário entre o plano regulador e os planos particulares. A solução a encontrar em cada caso, após o exame crítico da área a intervir, será o resultado da auscultação dos conflitos urbanístico-sociais em presença, sendo estes em última análise que informarão o âmbito e qualidade do projecto de salvaguarda. Não se trata, pois, de importar modelos de recuperação, pois cada especificidade arquitectónica e urbanística terá a sua realidade sócio-económica e vice-versa.

6 — *As funções dos edifícios e núcleos históricos*

A manutenção da harmonia entre forma e conteúdo, entre os edifícios e as funções que neles se processam constitui a condição essencial da protecção dos complexos antigos e da sua integração no meio ambiente. No entanto, para conseguir essa harmonia é preciso não apenas adaptá-los às novas necessidades, nos limites admitidos pelo seu valor histórico ou arquitectónico, mas ainda adaptar as exigências e os hábitos dos ocupantes às condições de vida oferecidas pelo local histórico. Este

não pode — e não deve — satisfazer as mesmas exigências que os bairros novos, mas pode e deve compensar as eventuais lacunas com as suas vantagens específicas.

7 — *A valorização arquitectónica*

A valorização arquitectónica dos núcleos antigos deve ser marcada pela preocupação de autenticidade. A reconstrução do estado original só é admissível em casos particularmente fundamentados, desde que não origine a destruição dum tecido histórico valioso. A deslocação dum edifício só se poderá verificar desde que ditada por necessidades sociais urgentes impossíveis de satisfazer doutro modo e desde que os danos causados sejam culturalmente insignificantes, ou então quando se pretenda realçar o valor dos edifícios a conservar e cuja vizinhança foi destruída ou deformada.

8 — *A arquitectura moderna nos locais históricos*

A exigência de autenticidade aplica-se também às novas construções introduzidas nos locais históricos: a sua arquitectura deve ser autenticamente moderna. No entanto um dos traços característicos da atitude contemporânea para com a arquitectura é a sua sensibilidade crescente em relação ao meio em que surge. Os edifícios construídos num local histórico devem, portanto, inscrever-se nele de forma harmoniosa, mesmo que isso obrigue a recorrer a uma forma que seria injustificada noutro caso. O grau e o carácter desta ligação com o passado deve ser função das particularidades estruturais da paisagem e do local de implantação do novo edifício. A avaliação duma construção nova deve incidir em primeiro lugar sobre a sua harmonização com o meio e sobre o respeito e o realce dos valores existentes.

9 — *A circulação*

A solução correcta dos problemas postos pela circulação é uma tarefa fundamental para a protecção e valorização dos núcleos históricos e também para a sua integração no meio ambiente. Estes problemas devem ser examinados no âmbito dum perímetro muito mais alargado do que o do sector a proteger. A questão é tanta de assegurar que os velhos bairros sejam adequadamente servidos pelos meios de transporte, como também a de reduzir os perigos e incómodos da circulação automóvel. Trata-se ainda de restituir às ruas e praças as suas funções tradicionais de lugares de contacto e de animação cultural. Aqui também se pode falar da necessidade de manter a melhor relação possível entre a forma e o conteúdo. Todo o enfraquecimento exagerado da função das ruas como vias de circulação urbana ameaça fazer decair o espaço que elas servem. Por outro lado, um tráfego demasiado intenso provoca a rápida degradação dos núcleos históricos. Um dos meios mais eficazes para assegurar as relações desejadas é o de transformar o bairro em zona de circulação de peões.

O elemento rua, simples elo de ligação e acesso, pode ser o lugar privilegiado de encontro, ao aproximar o contacto entre os diversos extractos. A rua, devolvida à sua dimensão humanizada, torna-se um importante factor de vida colectiva, afirmando-se como importante catalisador das tensões urbanas.

Semelhante função catalisadora e vivencial poderá assumir a utilização de espaços verdes circundando o conjunto histórico. Integrando um vasto «sistema» de percursos na morfologia da cidade actual, o papel do espaço verde na área histórica, com um tecido urbano congestionado e constantemente sujeito à pressão do capital imobiliário, só terá sentido na função de usufruição que o mesmo evoca, sendo distorcida, porque não útil socialmente, a intenção que faz do elemento verde, uma decoração cenográfica de intuítos nacionalistas, isolando a unidade arquitectónica do seu contexto ambiental.

10 — *Como conseguir estes objectivos*

Para que a campanha de protecção e valorização do património cultural dê resultados satisfatórios é antes de mais indispensável assegurar-lhe o mais largo apoio entre o público, a fim de lhe dar uma posição certa entre todas as tarefas a realizar pela colectividade. É preciso sensibilizar a população para valores da herança histórica e para as diversas ameaças que sobre ela impendem. É indispensável convencê-la da necessidade dos grandes esforços que permitirão alcançar os objectivos propostos. Desde que se prolongue a flagrante desproporção entre as exigências teóricas e os meios de acção disponíveis, e enquanto esta campanha não estiver apoiada em sólidas bases jurídicas e não dispuser da quantidade suficiente de especialistas bem preparados, e de fundos materiais apropriados, será impossível assegurar a salvaguarda do património cultural em toda a vasta extensão julgada hoje indispensável. A preocupação de preservar essa herança deve encontrar expressão em todas as actividades ligadas ao planeamento regional, nas actividades de protecção do meio ambiente, na animação das pequenas cidades em declínio, no desenvolvimento de turismo, na melhoria de casas antigas, no aperfeiçoamento de sistemas de circulação, no aumento da qualidade do meio ambiente das cidades, etc. Só deste modo se poderão obter os meios indispensáveis para a realização dos objectivos visados. Outras necessidades sociais urgentes terão também de ser satisfeitas, mas a salvaguarda do património cultural é uma tarefa particularmente urgente. Na impossibilidade de conseguir uma plena eficiência, os tesouros, que são o fruto do trabalho e do talento das gerações passadas e que constituem ainda hoje uma fonte de alegria e objecto de admiração, correm o risco de desaparecer para sempre.

Não será aqui de obviar o papel dos municípios, que para além do seu papel insubstituível no que respeita à regularização das novas construções, deverá ter um papel activo e empenhado na compatibilização entre as novas ambiências e os tecidos

pré-existentes, surgindo por isso como o interlocutor máximo no diálogo da revitalização urbana.

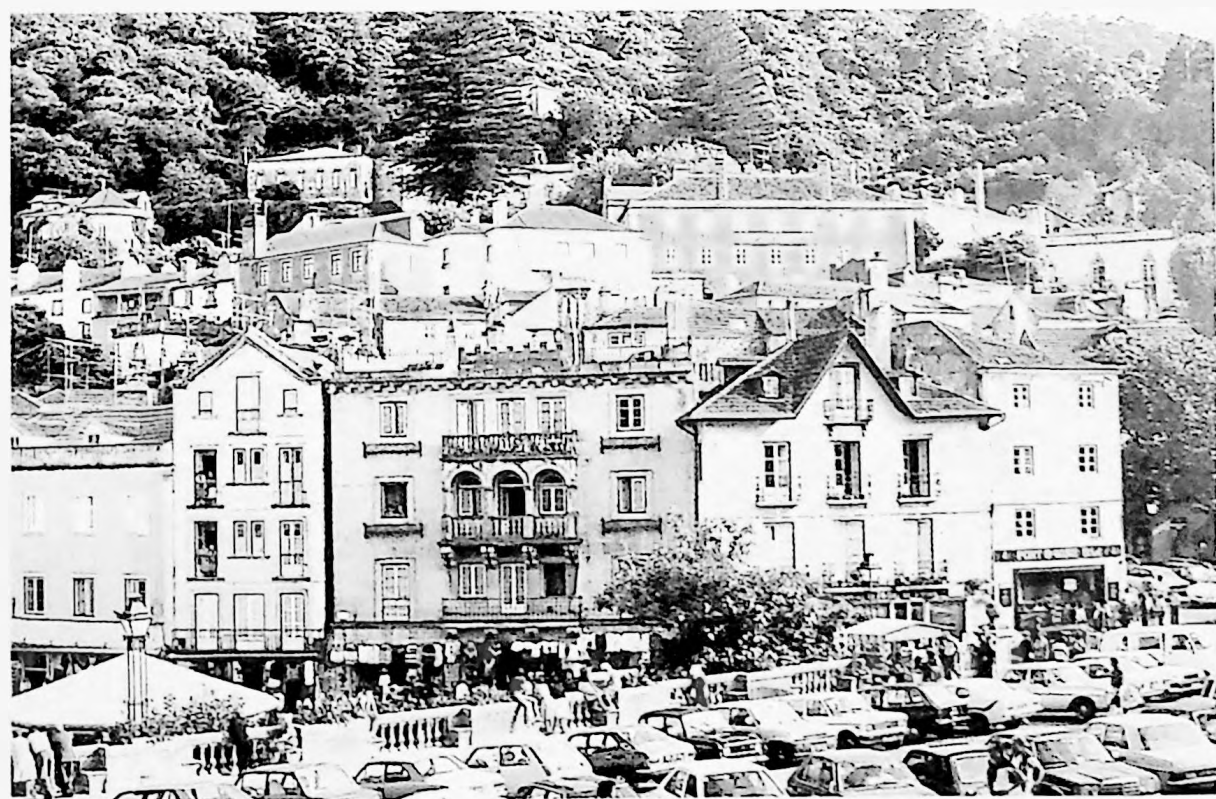
Desta forma, aos mesmos oferece-se-lhes um vasto campo de actuação no que respeita ao pressionar de obras sobre conservação por parte dos proprietários, orientação e alargamento de créditos bonificados para recuperação.

A tarefa do município não ficará completada se não sofrer a sensibilidade por parte de associações culturais, recreativas, de defesa do património, população em geral, como agentes intervenientes na vida da cidade.

Por último, deve-se sublinhar que os objectivos de preservação de uma dada área histórica, subscritos pelos requisitos atrás enunciados, só serão cabalmente conseguidos se se chegar a um consenso em termos de avaliação político-social do tecido a salvar, até à delineação do plano director. Só um cuidado ênfase nos objectivos urbanístico-sociais do plano poderá conduzir às desejadas mutações da área assinalada como crítica.



N.º 1 — Castelo de Vide



N.º 2 — Sintra (Vila Velha)



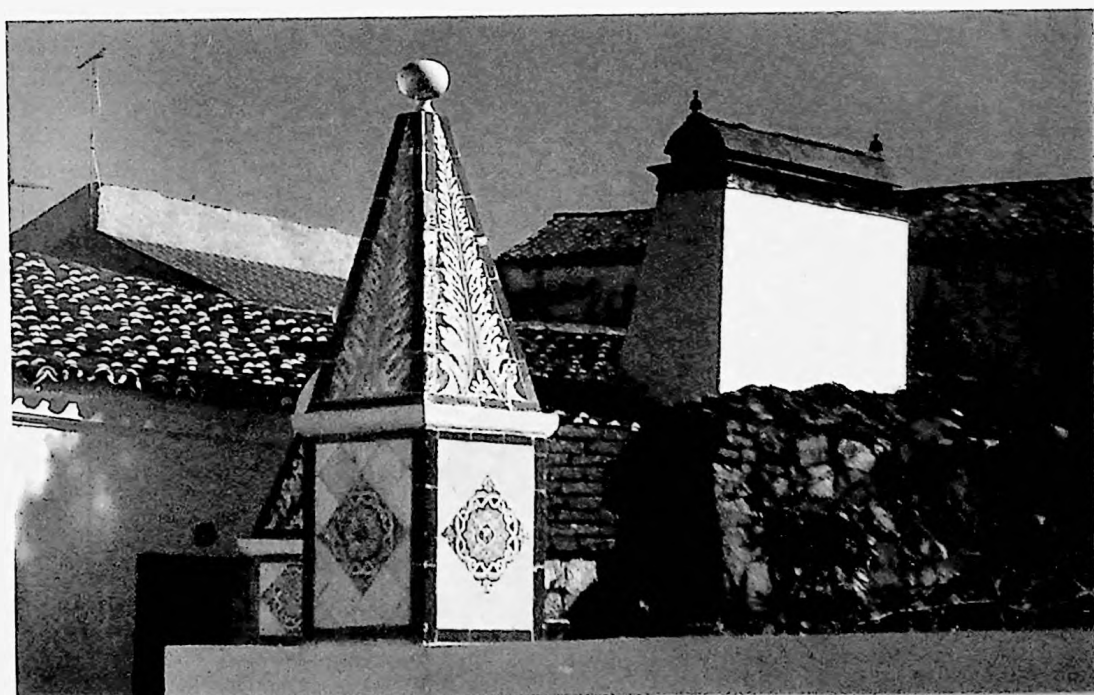
N.º 3 — Pormenor de arquitectura tradicional



N.º 4 — Vila Real de Santo António



N.º 5 — Arquitectura de integração



N.º 6 — Pormenores de arquitectura vernácula



N.º 7 — Santiago de Cacem



N.º 8 — Castelo de Vide